

A COBERTURA INSTITUCIONAL EM MISSÕES DE PAZ: RELATO DE EXPERIÊNCIA JORNALÍSTICA

GABRIELA ROCHA BERNARDES¹

RESUMO

Como parte do processo de reflexão sobre as coberturas jornalísticas institucionais, e objetivando implementá-las rotineiramente em missões de paz, foi confeccionado este estudo descritivo, tipo relato de experiência da primeira jornalista de carreira do Exército Brasileiro (EB) na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). A base metodológica utilizada envolveu os estudos acerca das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), que trouxeram novos fenômenos e desafios à chamada Era da Informação. Com o objetivo de apresentar a necessidade de divulgação e promoção do trabalho dos militares e da Instituição em operações de paz, é que se aponta para a indispensável presença e aumento da participação de especialistas em comunicação social.

Palavras-Chave: Comunicação social. Exército Brasileiro. Cobertura jornalística. Divulgação institucional. Missão de paz.

ABSTRACT

This article contains an experience report of the first career journalist of the Brazilian Army (EB) at the United Nations Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH), and consists in part of the reflection carried out regarding of institutional media coverage. Moreover, it aims at further implementing such coverage in peacekeeping missions. The article's methodological basis involved studies on New Information and Communication Technologies (NTIC), which

1. Professora e coordenadora de Ensino e Doutrina em Comunicação Social do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), e mestranda do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Humanidades em Ciências Militares da Divisão de Ensino e Estudos Estratégicos do CEP/FDC, Rio de Janeiro/RJ, e-mail: gabriela.bernardes@eb.mil.br , <https://orcid.org/0000-0002-6676-8421>.

brought forth new phenomena and challenges to the so-called Information Age. Also, in order to present the need for disseminating and promoting the work carried out by the military and the Institution in such missions, we point out the need of having specialists in social communication, as well as an increase in their participation.

Keywords: Social communication. Brazilian Army. Media coverage. Institutional disclosure. Peacekeeping mission.

1. INTRODUÇÃO

São inúmeras as teorias que relacionam a evolução humana e os avanços por parte de nossos ancestrais na capacidade de trocar, registrar e difundir informações (DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993, p. 21). Nos milhares de anos de desenvolvimento humano, a comunicação é uma das bases para a vida em sociedade. Tão natural quanto respirar, comunicar faz parte da nossa existência.

Mais do que nunca, o ser humano faz da comunicação um dos elos fundamentais da vida contemporânea ao desenvolver as mais modernas tecnologias para permanecer comunicável diuturnamente, aonde quer que esteja. Conectados em plataformas digitais, podemos estar presentes embora distantes, assim como podemos estar juntos embora afastados. Parece dicotômico, mas é a nova realidade mundial. É a comunicação sem fronteiras permitindo-nos acompanhar, ao vivo, o que acontece em outras nações e sociedades, em tempo real.

Nesse sentido, passamos a entender a noção de aldeia global pensada por Marshall McLuhanna década de 1960, quando vislumbrou um mundo completamente interligado, capaz de permitir uma intensa troca cultural entre os povos, aproximando-os como se estivessem em uma grande aldeia conectada (LIMA e FILHO, 2009, p. 2).

Com essa noção, pensamos na capacidade jornalística de divulgar informações 24 horas por dia, sete dias por semana, e entendemos que “o jornalismo emerge no cenário internacional com a missão de levar conhecimento ao grande público acerca do contexto global no qual está inserido, configurando-se, portanto, como uma ponte entre aqueles que tomam as decisões e aqueles que são influenciados por essas” (FIGUEIREDO, et. al., p. 565, 2018).

Mais do que nunca, a comunicação torna-se ferramenta de persuasão presente nas relações de convivência e trabalho, redesenhando novos contornos ao mundo contemporâneo, pressionado pela opinião pública e pela avalanche de informações que circulam na rede mundial de computadores. Surgem novas plataformas comunicacionais, produtos e, com isso, diferentes formas de representações individuais, coletivas e sociais. Esse fenômeno mundial suscitou reflexões importantes, tornando-se necessário repensar o papel do homem e das organizações.

Nesse sentido, e alinhado ao objetivo de apresentar a necessidade de divulgação e promoção do trabalho dos militares e do Exército Brasileiro, particularmente em operações de paz, é que este estudo descritivo, tipo relato de experiência, foi elaborado. O contexto deste artigo aborda a participação da Instituição especificamente na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), criada por resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2004, e tem como relato principal a cobertura jornalística da missão pela autora, em duas oportunidades distintas e pontuais nos anos de 2007 e 2011.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) aceleraram ainda mais a capacidade humana de trocar, registrar e difundir informações. A internet permitiu o desenvolvimento de novos meios de comunicação e derrubou fronteiras de tempo e espaço. Pessoas físicas e jurídicas, organizações públicas e privadas passaram a se relacionar de maneira inovadora. Houve uma mudança comunicacional sem precedentes.

A partir de todas essas mudanças, entramos na chamada Era da Informação, que, segundo Castells (1999), transformou o cenário social da vida humana:

Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade. (...) um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura, como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. (CASTELLS, 1999, p.39 e 40)

Pensando assim, Estados, governos e organismos públicos e privados tiveram que aprender a se relacionar de forma mais direta, rápida e eficiente para manterem seus espaços e/ou ganharem novos mercados. Isso inclui, também, instituições tradicionais como o Exército Brasileiro (EB), que como todas as outras precisou se reinventar não apenas na sua destinação e importância, quanto no espaço público nacional e internacional dentro dessa nova aldeia global.

Destinado à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988), o Exército Brasileiro (EB) e as demais Forças Armadas também podem ser empregados em operações de paz e ajuda humanitária (BRASIL, 1988), além de diversas ações subsidiárias. Para este estudo, serão abordadas mais especificamente as missões de paz, particularmente a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, também conhecida como MINUSTAH, criada por Resolução do Conselho de Segurança da ONU, em fevereiro de 2004 a outubro de 2017². A intenção é analisar a importância das coberturas jornalísticas institucionais com o objetivo de aumentar a participação de jornalistas e especialistas em comunicação social para divulgar e promover o trabalho dos militares e da Instituição, não apenas no Brasil, como também perante à comunidade internacional.

3. O INTERESSE SOCIAL PELA INFORMAÇÃO PÚBLICA

Em defesa ao direito à informação, o princípio da publicidade é o quarto princípio expresso no artigo 37 da Constituição Federal Brasileira de 1988, e traz como enfoque os embasamentos legais para a divulgação de ações e atos administrativos², tendo por finalidade tornar de conhecimento público as ações governamentais. Suas funções básicas visam dar conhecimento ao público em geral das ações oficiais relativas aos governos, e permitir o controle social dos atos administrativos através da transparência da Administração Pública (NUNES, 2014). Portanto, não é apenas inovador se fazer presente na nova aldeia global nem nas novas plataformas comunicacionais conforme descrito, em se tratando de instituições públicas, é obrigação.

Segundo Duarte (2006, p.2), "a Comunicação Pública ocupa-se da viabilização do

-
2. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>> Acesso em: 16 abr. 2020.
 3. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/48769/o-principio-da-publicidade-no-direito-administrativo>> Acesso em: 9 abr. 2020.

direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão”. E acrescenta ainda: “fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo”.

No caso do EB, instituição nacional, permanente e regular, é preciso entender que trata de organização de Estado, que, de forma transparente e oportuna conforme preconizado em seus pilares (BRASIL, 2017, p.2-4), tem a obrigação de esclarecer à Nação o trabalho que realiza. Nesse caso, Estado “é compreendido como o conjunto das instituições ligadas ao Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo empresas públicas, institutos, agências reguladoras, área militar e não deve ser confundido com governo”, afastando-de, assim, de quaisquer interesses partidários e/ou comerciais.

Por meio de sua página eletrônica e mídias sociais oficiais, o trabalho do EB está disponível na internet a todos os públicos que tiverem interesse. Além disso, a Lei no 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, regulamenta o direito constitucional de obter informações públicas. Ela obriga órgãos federais, estaduais e municipais (ministérios, estatais, governos estaduais, prefeituras, empresas públicas, autarquias etc.) a oferecer informações relacionadas às suas atividades a qualquer pessoa que solicitar os dados (BRASIL 2012).

Sendo assim, o EB tem o dever de publicizar suas ações. Alia-se a isso à oportunidade de gestão da sua reputação e aproximação da opinião pública, e se tem um terreno fértil para o cumprimento da missão da comunicação social de preservar e fortalecer a imagem institucional (BRASIL, 2017, p.2-2).

3.1 A comunicação social no Exército Brasileiro e seus especialistas

O EB possui uma estrutura capilarizada em todo território nacional, com cerca de 220.000 integrantes e mais de 1.300 Organizações Militares (OM) (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2017). Partindo-se do pressuposto de que cada uma delas deve, entre outras atribuições, contribuir para preservar e fortalecer a imagem do EB junto à opinião pública (BRASIL, 2019, p. 8), é preciso um grande sistema tão capilarizado quanto à Instituição para que haja unidade de discurso e um conjunto de atividades de comunicação social (Com Soc) coordenadas e integradas em todo o País.

Pensando nisso, em 1981 foi criado o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx) responsável por orientar, coordenar e controlar, em nível estratégico, as ações

do Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx) (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019). De acordo com diretriz do comandante da Força Terrestre (FT), “a Com Soc deve fazer parte do cotidiano da OM, agindo como peça fundamental para a criação de um ambiente organizacional sadio, participativo e comprometido com a imagem do Exército” (BRASIL, 2019, p.10).

A direção-geral do SISCOMSEx é de competência exclusiva do Comandante do Exército Brasileiro, o qual é assistido direta e imediatamente pelo CCOMSEx. Como órgão central do Sistema, o Centro objetiva concretizar a efetiva integração e implementação do SISCOMSEX, bem como torná-lo real instrumento de comunicação social para os públicos interno e externo da FT (BRASIL, 2017, p. 3-1).

Para servir no CCOMSEx e, portanto atuar diretamente na gestão do SISCOMSEx, os militares são selecionados pelo Plano de Movimentações a Cargo do Gabinete do Comandante do Exército (PLAMOGEx), atendendo à necessidade de cada órgão solicitante. Atualmente, o CCOMSEx possui 138 vagas, sendo seis para militares com formação específica em Com Soc e cinco com habilitação não obrigatória. Isso exemplifica um pouco a dimensão numérica entre militares especialistas e não especialistas, embora todos os integrantes do EB, militares e civis, em qualquer situação, sejam considerados “elementos fundamentais de Com Soc no processo de preservação e manutenção da imagem da Força, sendo difusores, por excelência, dos valores da Instituição” (BRASIL, 2017, p. 3-1).

Quanto aos militares especialistas, esses só puderam incorporar à Força Terrestre após a criação do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) em 1989. Ainda assim, as vagas para os graduados em comunicação social variam de acordo com o edital de cada concurso, realizado em âmbito nacional. Os aprovados passam pelo Curso de Formação de Oficiais (CFO/QC) na Escola de Administração do Exército, em Salvador/BA, atual Escola de Formação Complementar do Exército, para desempenhar e assumir as responsabilidades e funções de oficial do EB, de acordo com suas especialidades (BRASIL, 2016). O número total de QCO de Comunicação Social atualmente é de 37 militares, sendo oito servindo no CCOMSEx.

Com a missão de preservar e fortalecer a imagem da Instituição junto às comunidades nacional e internacional, o SISCOMSEx é considerado “uma ferramenta valiosa para multiplicar o poder de combate e para fortalecer o moral, a coesão e o espírito de corpo da tropa” (BRASIL, 2017, p. 1-1). Para o Exército Brasileiro, a comunicação social funciona “em situações de guerra e não guerra, desde o tempo de paz, situações de crise até o conflito armado” (BRASIL, 2017, p. 4-1), devendo trabalhar como sistema dentro e fora da área de

operações, em todo o espectro dos conflitos. Isso inclui as operações de paz.

3.2 A participação do Exército Brasileiro em missões de paz da ONU

A contribuição do Brasil às missões da Organização das Nações Unidas (ONU) começa há exatos 70 anos, quando militares e diplomatas brasileiros participaram da primeira equipe multinacional que recebeu autorização, em outubro de 1947, para atuar nos Bálcãs. Cerca de uma década depois, a primeira missão da ONU com tropas (unidades constituídas) também contou com militares brasileiros. Desde então, o Brasil já participou de 47 missões da organização, incluindo 43 operações de manutenção da paz, e enviou ao terreno cerca de 50 mil homens e mulheres uniformizados. (HAMANN, et. al., 2018)

Dentre todas as operações, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil considera a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) como um marco da participação brasileira em operações de manutenção de paz (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017). São elencados aí o tempo de missão (13 anos), o número de militares envolvidos (37,5 mil profissionais), o exercício ininterrupto do comando brasileiro da missão, entre outros (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017).

E não foram apenas ações de segurança e enfrentamento de grupos armados para a busca da paz. Em todos esses anos foram realizadas diversas atividades subsidiárias, como construções e reparação de pontes e estradas, perfuração de poços artesianos, recuperação ambiental, entre muitas outras, além de ações de apoio humanitário e desenvolvimento social realizadas pelos próprios militares extrapolando inclusive o seu mandato (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017). Em mais de uma década, “além de contribuir militarmente para a MINUSTAH, o Brasil intensificou a cooperação técnica e humanitária com o Haiti, com vistas ao desenvolvimento do país” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017).

3.3 A cobertura jornalística na MINUSTAH

Nos 13 anos de missão brasileira no Haiti, várias foram as ações de cobertura da mídia convencional e da própria Instituição, particularmente após o terremoto de 2010 e pós-

furacão de 2016, com forte interesse internacional. Só que a missão teve início em 2004, e durante os primeiros anos não foram disponibilizadas vagas para militares especialistas em comunicação social, com foco apenas nos militares combatentes que serviam no CCOMSEx. Parte desse levantamento está no estudo de BARROS (2017):

Dos 26 Contingentes Brasileiros apenas sete dispunham de militares do Quadro Complementar de Oficiais especialistas em comunicação social. Os primeiros 14 contingentes não contaram com nenhum QCO de comunicação social e até oficiais e sargentos temporários sem formação universitária específica de comunicação social integraram as seções. (BARROS, 2017, p. 159-160):

CONTINGENTE	OFICIAIS QCO ESPECIALISTAS EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	TOTAL
15°	1º TENENTE (BRAENGCOY)	1
17°	CAPITÃO (BRAENGCOY)	1
19°	MAJOR E CAPITÃO (BRAENGCOY)	2
20°	CAPITÃO (BRAENGCOY)	1
21°	1º TENENTE (BRAENGCOY) / 1º TENENTE (BRABAT)	2
22°	1º TENENTE (BRAENGCOY) / CAPITÃO (BRABAT)	2
23°	CAPITÃO (BRAENGCOY) / MAJOR E 10 TENENTE (BRABAT)	3
TOTAL: 7 CONTINGENTES	2 MAJORES / 5 CAPITÃES / 5 TENENTES	12

Tabela 1 - Efetivos de Oficiais do QCO especialistas em Comunicação Social por contingente brasileiro

Fonte: BARROS (2017)

Nota: BRABAT: Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz; BRAENGCOY: Companhia de Engenharia de Força de Paz (BARROS, 2017)

Além disso, dos 12 oficiais do QCO, apenas dois eram habilitados em jornalismo e um em publicidade e propaganda. Os demais eram todos relações públicas. Mas essa diferenciação nunca foi clara para o Exército Brasileiro. A Portaria nº 060 - DEP, de 14 de junho de 2004, autorizou somente em 2004, pela primeira vez desde 1989 quando foi criado o Quadro Complementar de Oficiais, concurso para graduados em comunicação social de todas as habilitações, sem exclusividade para a área de Relações Públicas, como acontecia desde a

criação do Quadro⁴.

Mesmo tendo iniciado suas atividades em 2004, foi apenas em 2011, no 15o contingente, que a MINUSTAH passou a contar com a primeira oficial do QCO especialista em comunicação social. Ainda assim, os 12 oficiais de Com Soc, entre homens e mulheres que participaram da missão, serviram de forma alternada e aleatória, sem critérios de continuidade e escolha. Quatro serviram no Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz (BRABAT) e oito na Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOPY). Em relação ao efetivo total de aproximadamente 37,5 mil militares, chega-se à média de 0,032% de profissionais do QCO especialistas em comunicação social integrantes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. Isso não significa que a missão não tenha contado com o componente da Com Soc. Houve essa preocupação, e o CCOMSEx empregou sistematicamente ao menos um representante, oficial superior combatente, formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), para atuar na comunicação social dos diversos contingentes (HAMANN, et. al., 2018, p. 62). Ainda assim, é um número pouco expressivo devido não apenas ao tempo de missão, como também à demanda de informações que aumentava a cada ano, tanto pelo desenvolvimento das NTIC, quanto pelo aumento da participação do componente militar brasileiro, cujas ações extrapolaram “bastante o seu mandato, ao incorporar muitas tarefas que, pertinentes à segurança, repercutiam no bem-estar da população e na própria reedificação do país” (HAMANN, et. al., 2018, p. 19).

3.4 Relato de experiência na cobertura jornalística institucional na MINUSTAH

Minha primeira ida ao Haiti aconteceu dois anos após minha formatura, quando fui transferida para o Comando Militar do Oeste (CMO), onde servi entre 2006 e 2007. Em junho de 2007 fui à capital Porto Príncipe cobrir o rodízio previsto das tropas, que no momento eram oriundas do CMO. A solenidade de troca de chefia, conhecida como passagem de comando, estava marcada para o dia 14 de junho de 2007, e por ser a militar responsável pela apresentação, produção e reportagens do programa de televisão Exército em Revista, conduzido em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) de Campo Grande/MS, fui indicada pelo próprio Comando do CMO para acompanhar a comitiva de autoridades civis e militares convidadas que sairia de Brasília/DF para o evento. A viagem começou no dia 13 de junho com pernoite em Manaus/AM e, no dia seguinte, chegada ao Haiti. Fui como fotógrafa e repórter, acompanhada pelo cinegrafista civil Edmar Pereira Melo, funcionário da UCDB, voluntário para a viagem.

Tivemos os dias 14 à noite para cobrir a cerimônia e 15 durante o dia para acompanhar a comitiva de autoridades pela cidade, por pontos previamente definidos e agendados pela equipe de recepção e militares responsáveis pela missão. Não tínhamos ideia do que estaria pela frente, mas o trabalho da tropa era tão vasto e diversificado, que conseguimos com menos de 24 horas de filmagem voltar com material inédito para 18 minutos de documentário. O mesmo foi exibido na Assembleia Legislativa de Campo Grande/MS, em sessão solene de homenagem aos militares que fizeram parte da MINUSTAH em 2007, e também no programa Exército em Revista, dividido em seis pílulas de três minutos, exibidos no intervalo do Jornal da Band no Estado do Mato Grosso do Sul.

A experiência foi marcante tanto pessoal quanto profissionalmente. Estar no terreno, acompanhando ações reais da tropa é desejo de qualquer militar que escolheu a profissão por amor e idealismo. Como jornalista, foi inspirador ver, ouvir e relatar os depoimentos de militares do meu País dedicados a uma grande operação humanitária e do povo haitiano, que vivia sob tutela internacional. Tudo isso em um cenário de pobreza extrema, com uma população bastante humilde, sofrida, mas nitidamente agradecida pela ajuda que recebia. Foi um aprendizado imenso presenciar tamanha dificuldade social e muita dedicação profissional.

Retornei certa de que desejaria voltar e fazer parte da missão pelos seis meses previstos para cada contingente. Voluntária para missões de paz, até então não era do meu conhecimento, nem de conhecimento geral e oficial, a existência de qualquer plataforma para inscrição e, em conversa com outros militares, era informada de que as vagas para especialistas em comunicação social estavam destinadas apenas ao Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz, exclusivas para oficiais superiores que serviam no Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), em Brasília/DF, informação mais tarde confirmada pelo próprio CCOMSEx, para onde fui transferida no final de 2010 e servi até 2013.

Foi lá, em 2011, que tive uma nova oportunidade de ir ao Haiti e, inclusive, fazer parte de um processo seletivo para a Companhia de Engenharia de Força de Paz, subordinada ao BRABAT, cujas vagas permaneciam exclusivas para oficiais superiores do Centro, oriundos da AMAN. A explicação baseava-se na justificativa da formação bélica desses profissionais, ou seja, que eles estavam preparados para atividades de combate, e que militares do Quadro Complementar de Oficiais, do qual eu faço parte, não possuíam esse conhecimento.

Servindo no CCOMSEx, em maio de 2011, foi oferecida a todos os militares uma ida ao Haiti para acompanhar uma visita de avaliação do Ministério da Defesa, do Centro

de Operações Terrestres (COTER) e outras organizações militares das Forças Armadas, que continuamente iam a Porto Príncipe avaliar o trabalho das tropas. Eram poucas vagas, mas o convite não incluía os vencimentos proporcionais à viagem para o exterior, e a oferta ficou maior que a demanda. Tive, então, a chance novamente de viver a experiência de uma missão de paz, dessa vez por uma semana inteira.

Essa segunda experiência no Haiti aconteceu entre os dias 25 e 31 de maio de 2011, um ano e quatro meses após o devastador terremoto de janeiro de 2010, que vitimou milhares de haitianos e dezenas de brasileiros, incluindo militares que participavam da MINUSTAH. Acredito que, como relato de experiência, a mensagem eletrônica que encaminhei para a minha família e amigos diretamente do Haiti, no dia 28 de maio de 2011, parece mais contundente e real para expressar parte da minha vivência:

Aqui no Haiti tá (SIC) tudo bem. Bom, pelo menos comigo... A pobreza continua gritante, e as condições de higiene pioraram muito em função do terremoto. Temos que fazer assepsia toda vez que entramos e saímos da Base (...) Fico me perguntando quando isso aqui vai deixar de ser muito ruim pra (SIC) ser menos ruim... Tem um monte de ONGs por aqui, carros da ONU espalhados, mas mão na massa mesmo vemos a Engenharia do Exército se lascando em limpar ruas e reconstruindo alguma coisa... Tem um programa aqui chamado cash for work, que nada mais é do que botar o povo pra (SIC) arrumar as ruas em volta da sua casa, dando um dinheirinho pra quem participa do mutirão... É o que se vê pelas ruas, fora milhares de barracas que eu não sei direito o que vendem e pra (SIC) quem...! Eles vivem de escambo, e a classe média alta são os haitianos que trabalham na Base (Brasileira) e recebem 150 dólares por mês... Diferentemente de quando eu vim antes, vc (SIC) não pode mais nem dar biscoito ou bala pras (SIC) crianças, porque se aglomeram várias e se não tiver pra (SIC) todo mundo, os pequenos se dão mal e apanham... O Exército (Brasileiro) segue fazendo segurança, principalmente na atuação de ONGs quando distribuem água e comida, além de manter patrulhas constantes pra (SIC) não deixar a bandidagem assumir de novo o controle da situação... Não há mais confronto, e o que se espera é que o novo presidente aproveite o pontapé inicial da comunidade internacional para começar a organizar as empresas públicas e aos poucos vá assumindo suas obrigações (...) Houve um surto de cólera e agora é a malária... São feitas campanhas direto, mas o povo não tem casa, o esgoto corre a céu aberto, água potável é gênero raro e os bichos e o lixo se aglomeram por toda a parte... São condições realmente subhumanas, que não vi nem na parte rural do interior de Pernambuco... Pelo que vemos na TV, parece mais os países pobres da África... Mesmo assim, a grande maioria do povo ainda sorri! :) (...) Ontem acompanhei um trabalho da Engenharia

de dragagem de um canal e voltei tardeço, e hj (SIC) rodamos o dia inteiro. Terminei há pouco de separar todo o material que produzi. Dessa vez serão textos e fotos. Aqui são 1h10 da matina... Amanhã estamos prontos às 7h30! Tirando a passagem pela chamada cozinha do inferno, dá pra (SIC) ficar por aqui! Esse lugar é o mais bizarro de todos... E ainda faremos uma matéria lá (...).

Além de cobrir o trabalho das tropas, tive a incumbência de acompanhar a entrega de brinquedos a uma criança haitiana, doados por uma criança brasileira. O assunto viralizou no Brasil logo após a exibição das matérias no Haiti, em março de 2011, do jornalista Régis Rösing com o produtor Jorge Ghiaroni e o repórter cinematográfico Marcos Vinícius no programa Esporte Espetacular, da Rede Globo (2011). Uma das matérias girou em torno do menino haitiano de 6 anos, conhecido como Maurice, que participou de uma corrida de 6 quilômetros para beber água potável e ganhar frutas entregues aos participantes. Durante a entrevista, a criança contou ao jornalista que possuía apenas um brinquedo. Impactado pela matéria, o catarinense Enzo Yoshimura, também de 6 anos, fez com que sua mãe procurasse o Exército Brasileiro para enviar alguns de seus brinquedos a Maurice. Acompanhada de outros militares, participei da entrega e realizei a cobertura fotográfica para ser enviada a Enzo no Brasil, como forma de dar satisfação e agradecer a sua iniciativa. Só que na hora, a equipe de comunicação social do BRABAT, que acompanhava a visita, conseguiu providenciar uma câmera, e como única jornalista do EB lá, tive o imenso prazer de registrar esse momento e eternizá-lo, por meio de palavras, imagens e depoimentos vivos que à época também repercutiram muito positivamente. O link para essa matéria encontra-se disponível na página oficial do Exército Brasileiro no Youtube (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2011).



Figura 1 - entrevista com o menino Maurice, de 6 anos
Fonte: 14o Contingente Brasileiro no Haiti (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2011)
Nota: casa do menino Maurice, de 6 anos, entrevistado em Porto Príncipe, Haiti.

Essa foi minha última estada no Haiti. Após meu retorno, segui na expectativa de servir à MINUSTAH em algum dos contingentes, mas, no ano seguinte, após ser verbalmente preterida pela condição de militar do segmento feminino para a BRAENGCOY naquele contingente em particular, acabei desistindo, embora tenha continuado a cobrir o embarque e desembarque de tropas desta vez do Comando Militar do Leste, no Rio de Janeiro/RJ, e a indicar oficiais do QCO de Comunicação Social quando me pediam indicação ou recomendação.

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Do ponto de vista diplomático, a MINUSTAH foi um importante instrumento de política externa quando o Brasil buscava por espaços de maior protagonismo na cena internacional, sobretudo como ator relevante na América latina e Caribe. No período em que durou a missão, o Brasil foi membro não-permanente do Conselho de Segurança por duas vezes (2004-2005 e 2010-2011) (...) e (pôde) colher os vários frutos políticos decorrentes dos sucessivos êxitos logrados pelos brasileiros que atuaram no terreno e na retaguarda". (HAMANN, et. al., 2018).

Dessa forma, podemos concluir que, frente ao novo cenário global, é imprescindível aumentar a divulgação institucional do Exército Brasileiro. Não é apenas uma urgência proveniente do novo e dinâmico campo comunicacional, é um passo estratégico. Informar à sociedade, respeitando os pilares de credibilidade, transparência e oportunidade, é fazer a opinião pública compreender a importância e a capacidade da Força Terrestre perante às diversas demandas das comunidades nacional e internacional.

Promover a capacitação de mais profissionais e aumentar a participação dos especialistas em comunicação social em missões operacionais, particularmente as de paz, é parte do processo de reflexão sobre a importância das coberturas jornalísticas institucionais e o apontamento para a presença estratégica e eficiente dos especialistas a que este relato se propõe.

O próprio Estatuto dos Militares já define, no artigo 21, que "os cargos militares são providos com pessoal que satisfaça aos requisitos de grau hierárquico e de qualificação exigidos para o seu desempenho" (BRASIL, 1980). E segue no artigo 24 dizendo:

Dentro de uma mesma organização militar, a sequência de substituições para assumir cargo ou responder por funções, bem como as normas, atribuições e responsabilidades relativas, são as estabelecidas na legislação ou regulamentação específicas, respeitadas a precedência e a qualificação exigidas para o cargo ou o exercício da função. (BRASIL, 1980).

Ou seja, valendo-se da linguagem militar, pode-se dizer que para missões específicas, é necessário preparo específico. E isso deve se estender mais do que nunca à a comunicação social.

Para tanto, cabe à Instituição possuir recursos – materiais e humanos – necessários para realizar uma gestão profissional e eficiente do seu Sistema de Comunicação Social. Dentre as razões de sucesso da missão no Haiti, está a “busca constante do apoio da opinião pública” (HAMANN, et. al., 2018, p. 62). Frente ao novo e dinâmico cenário comunicacional, acredita-se que esse trabalho poderia ser ainda mais profícuo com a participação de oficiais do QCO e o aumento de especialistas qualificados para o exercício da função.

REFERÊNCIA

BARROS, Marcus de Andrade Monteiro de. **A comunicação social como facilitadora da paz**. In: Perspectivas, reflexões e lições aprendidas – Comando de Operações Terrestres - 1ª Divisão de Exército, v.1. n.3, 2017. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-ccopab/revista-ccopab-2017-2018/Revista-ccopab-2018.pdf> Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto no 7.724, de 16 de maio de 2012. **Regulamenta a Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm Acesso em: 9 abr. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. V.1** - O Poder da Identidade. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.

DEFLEUR, Melvin, BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da Comunicação de Massa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DUARTE, Jorge; VERAS, Luciana (Org). **Glossário de Comunicação Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2006.

ESPORTE ESPETACULAR. Trilogia Haiti. Repórter: Régis Rösing. **Repórter cinematográfico**: Marcos Vinicius. Produção: Jorge Ghiaroni. Haiti: Rede Globo, 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_pRiaNc4ZMI, 2011 Acesso em: 13 abr 2020.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Blog do Exército Brasileiro**. Brasília, DF: Centro de Comunicação Social do Exército. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/38-anos-de-criacao-do-centro-de-comunicacao-social-do-exercito.html> Acesso em: 12 dez 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Diretriz de Comunicação Social do Exército**. Brasília, DF: Comando do Exército, 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. EN 77 - **Solidariedade de uma criança brasileira com uma criança haitiana**. Repórter: Ten Gabriela. Haiti: Centro de Comunicação Social do Exército, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C6N1SwQBnok> Acesso em: 13 abr 2020.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Histórico (EsFCEX)**. Salvador, BA: Exército Brasileiro, 2016. Disponível em: <http://www.esfcex.eb.mil.br/index.php/historico> Acesso em: 15 abr. 2020.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Estatuto dos Militares**. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 1980.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Manual de Fundamentos EB20-MF-03-03.103**, de Comunicação Social. 2.ed., Brasília, DF: Centro de Comunicação Social do Exército, 2017.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Plano de Comunicação Social do Exército Brasileiro de 2020/2023**. Brasília, DF: Centro de Comunicação Social do Exército, 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Plano Estratégico do Exército/2020-2023 (EB10-P-01.007)**. 4.ed., Brasília, DF: Comando do Exército, 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Portaria nº 060 - DEP, de 14 de junho de 2004: aprova as Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão/2004-05 e Matrícula no Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar (IRCAM/CFO/QC) - IR 60-29**. Rio de Janeiro, RJ: Departamento de Ensino e Pesquisa, 2004.

FIGUEIREDO, A.; Veiga, G.; Motta, M.; Petuco, V. and Pacheco, V. **Diretrizes para a cobertura jornalística em modelos das Nações Unidas**. *Rev. UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations ISSN 2318-3195*, v. 6 2018, p. 564 - 599. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2018/web/files/press.pdf>. Acesso em: 09 abr 2020.

GOUVEIA, Luís Manuel Borges. **Notas de contribuição para uma definição operacional. 2004**. Disponível em: <http://homepage.ufp.pt/lmbg/reserva/lbg_socinformacao04.pdf> Acesso em: 30 jul. 2019.

HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Org.) **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**. Edição especial - Coletânea de artigos percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Instituto Igarapé. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil Sérgio Vieira de Mello (CCOPB) [sd.]. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf> Acesso em: 13 abr. 2020.

LIMA, Juliana Diógenes de Araújo; FILHO, Ismar Capistrano Costa. **O Conceito de Aldeia Global de Mc Luhan Aplicado ao Webjornalismo**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, São Paulo, 2009. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1816-1.pdf> Acesso em: 8 abr. 2020.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1974.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Missões de Paz. Brasília**, DF: Relações internacionais, 2013. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti> Acesso em: 16 abr. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. Brasília**, DF: Política externa. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah> Acesso em: 11 abr. 2020.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Plano de Dados Abertos (PDA) no âmbito do Exército Brasileiro. Brasília**, DF: Secretaria de Tecnologia da Informação, 2017. Disponível em: <http://www.dados.gov.br/organization/exercito-brasileiro-eb> Acesso em: 12 dez. 2019.

NUNES, Rhuan Felipe Lima. **O Princípio da Publicidade na Administração Pública**. Revista Jus Navigandi, maio, 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/28626/o-principio-da-publicidade-na-administracao-publica> Acesso em: 19 abr. 2020.